

MINISTÉRIO DA DEFESA
MARINHA DO BRASIL
CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM SÃO PEDRO DA ALDEIA
PROCESSO Nº 63398.000044/2022-57
TJIL Nº 003/2021
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2021

A **UNIÃO**, por intermédio do **CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM SÃO PEDRO DA ALDEIA (CeIMSPA)**, situada na rua Comandante Ituriel s/nº, Bairro Base Aero Naval, Município de São Pedro da Aldeia, Estado do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ sob o nº 00.394.502/0398-65, por meio do seu Diretor, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará credenciamento de Organização de Saúde Extra-Marinha (OSE) e Profissional de Saúde Autônomo (PSA), com a finalidade de credenciamento por inexigibilidade de licitação, com fundamento no Artigo 25, *caput*, da lei 8.666/1993, para a prestação de serviços complementares de assistência Médico-Hospitalar, ambulatorial, atendimento de Emergência/Urgência em regime de 24 (vinte e quatro) horas diárias, laboratorial, Odontológica, Reabilitação e Assistência Domiciliar aos beneficiários do Fundo de Saúde da Marinha (FUSMA), na área de abrangência da Policlínica Naval de São Pedro Aldeia (PNSPA), mediante condições estabelecidas neste ato convocatório, subordinando-se, em tudo o que for aplicável, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

1. DA APROVAÇÃO JURÍDICA DA MINUTA DO EDITAL

1.1. A minuta do presente Edital de Credenciamento foi examinada e aprovada pela Consultoria Jurídica da União, unidade integrante da Consultoria-Geral da União, Órgão de direção superior da Advocacia-Geral da União, conforme Parecer nº 00297/2022/ADV/E-CJU/SSEM/CGU/AGU, de 06 de fevereiro de 2022, nos termos do parágrafo único do Art. 38 da Lei nº 8.666/1993.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto deste Edital é o chamamento público para credenciamento de Organizações de Saúde Extra-Marinha (OSE) e de Profissionais de Saúde Autônomos (PSA) para a prestação de serviços complementares de assistência Médico-Hospitalar, ambulatorial, atendimento de Emergência/Urgência em regime de 24 (vinte e quatro) horas diárias, laboratorial, Odontológica, Reabilitação e Assistência Domiciliar aos beneficiários do Fundo de Saúde da Marinha (FUSMA), na área de abrangência da Policlínica Naval de São Pedro Aldeia (PNSPA), cujas especialidades, procedimentos e tabelas constam no Projeto Básico, Anexo A, deste Edital.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. O presente procedimento administrativo será regido pelas seguintes Normas: Lei nº 8.666/1993 e alterações; Decreto nº 2.271/1997, que regula a Contratação de Serviços pela Administração Pública Federal; Portaria nº 409/2016, do MPOG; DGPM – 401, da Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha, que estabelece Normas para Assistência Médico-Hospitalar (3ª Revisão); DGPM – 404, que estabelece Normas sobre Dados Estatísticos e Auditoria de contas médicas (3ª Revisão); SGM – 102, da Secretaria-Geral da Marinha, que estabelece Normas sobre Licitações, Acordos e Atos Administrativos (4ª Revisão); e demais legislações

pertinentes, bem como pelo estabelecido no presente Edital.

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos para amparar as despesas decorrentes dos serviços realizados, com base nos credenciamentos oriundos deste processo, correrão a conta de recursos específicos, consignados na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 00001/791181

Fonte: 0170702303

Programa de Trabalho: 174668

Elemento de Despesa: 339036 / 339039

PI: B42201002DU

4.2. O custo estimado mensal das despesas com o Credenciamento é de cerca de R\$ 1.833.000,00 (um milhão e oitocentos e trinta e três mil reais) e o valor global anual estimado é de 22.000.000,00 (Vinte e dois milhões de reais).

4.3. O custo estimado da contratação foi apurado mediante consulta ao SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, pesquisas de preços com prestadores de serviços locais e gastos médios mensais dos últimos 4 anos.

5. DOS ANEXOS E APÊNDICES

5.1. Integram a este Edital de credenciamento, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos e apêndices:

- A) Anexo A - Projeto Básico;
- B) Anexo B - Minuta do Termo de Credenciamento Hospitais e Clínicas;
- C) Anexo C - Minuta do Termo de Credenciamento Laboratórios;
- D) Anexo D - Minuta do Termo de Credenciamento Odontológico;
- E) Anexo E - Minuta do Termo de Credenciamento PSA;
- F) Anexo F - Minuta do Termo de Credenciamento Assistência Domiciliar;
- G) Anexo G - Modelo de Formulário de Remoção de Pacientes;
- H) Anexo H - Modelo GAU - Consultas, procedimentos e exames;
- I) Anexo I - Modelo GAU - Internação;
- J) Anexo J - Modelo GAO - Guia de Atendimento Odontológico;
- K) Anexo K - Modelo de Relatório de Glosas Odontológicas;
- L) Anexo L - Minuta do Certificado de Registro Cadastral;
- M) Anexo M - Modelo Guia de SADT;
- N) Anexo N - Modelo de Declaração de Emprego de Menor;
- O) Anexo O - Modelo de Declaração de ausência de Servidor no quadro funcional;

- P) Anexo P - Modelo de Declaração de superveniência de fatos impeditivos;
- Q) Anexo Q - Minuta de Parecer Técnico;
- R) Anexo R – Modelo de Carta Proposta a ser emitida pelo interessado;
- S) Anexo S - Relatório de Auditoria de Contas;
- T) Anexo T - Relatório de Recurso de Glosa;
- U) Anexo U – Termo de Credenciamento Serviço de Remoção; e
- V) Apêndice I do Anexo A.

6. DO LOCAL E PRAZOS DE ENTREGA DE EDITAL E RECEBIMENTO DE PROPOSTAS

6.1. O Edital de Credenciamento estará disponível para reprografia, junto ao CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM SÃO PEDRO DA ALDEIA (CeIMSPA), situado na Rua Comandante Ituriel s/nº, Bairro Base Aero Naval, Município de São Pedro da Aldeia, no Estado do Rio de Janeiro, de 2ª a 5ª feira, de 9:30h às 11:30h e de 13:30h às 15:30h. Poderá, também, ser enviado por correio eletrônico, a pedido do interessado, por meio do telefone (22) 2621-4021.

6.2. O aviso de abertura deste Edital será publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) e em jornal de grande circulação, devendo o mesmo ser republicado anualmente a fim de possibilitar o credenciamento, a qualquer tempo, de qualquer interessado, pessoa física, jurídica e de cooperativas, que preencha as condições mínimas exigidas, até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do inciso II, caput, do art. 57, da Lei nº 8.666/1993.

6.3. Os documentos exigidos deverão ser apresentados, a partir da data de publicação deste Edital no D.O.U., na Divisão de Obtenção do CeIMSPA, nos horários e local estabelecidos no subitem 6.1.

6.4. O CeIMSPA não se responsabiliza por documentação enviada via postal ou entregue em outros setores que não sejam o acima especificado.

6.5. Serão inabilitados os interessados que apresentarem documentos incompletos, ilegíveis, com emendas, rasuras ou qualquer irregularidade, bem como aqueles que não atenderem às exigências deste Edital.

6.6. A documentação deverá ser entregue, mediante protocolo, com envelope lacrado, identificado externamente com os seguintes dizeres:

CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM SÃO PEDRO DA ALDEIA
Comissão Especial de Credenciamento (CEC)
DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DE OSE/PSA
[Nome da OSE/PSA]
[CNPJ/CPF]

7. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Somente serão admitidas a participar deste processo de credenciamento as Organizações de Saúde Extra Marinha (OSE) e Profissionais de Saúde Autônomos (PSA), com sede na área de abrangência da PNSPA, que abrange os municípios de Aperibé, Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Bacaxá, Bom Jesus do Itabapoana, Cabo Frio, Cambuci, Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, Casimiro de Abreu, Conceição de Macabú, Iguaba Grande, Italva, Itaperuna, Laje do Muriaé, Laranjal, Macaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Rio Bonito, Rio

das Ostras, Santo Antonio de Pádua, São Fidelis, São João da Barra, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim, que comprovem regularidade jurídica, fiscal, qualificação econômico-financeira e técnica operacional, apresentando todos os documentos exigidos neste Edital.

7.2. Também tem participação autorizada as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, bem como as Cooperativas.

7.2.1. No caso de Cooperativa, a mesma deve estar em condições de prestar atendimento médico-hospitalar, com exercício de atividades em caráter regular, vinculada ao Hospital que venha a ser credenciado, no qual a Cooperativa em questão preste serviço;

7.2.2. A contratação de sociedades cooperativas somente poderá ocorrer quando, pela sua natureza, o serviço a ser contratado evidenciar:

7.2.2.1. A possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados; e

7.2.2.2. A possibilidade de gestão operacional do serviço for compartilhada ou em rodízio, onde as atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e a de preposto, conforme determina o art. 68, da Lei nº 8.666/1993, sejam realizadas pelos cooperados de forma alternada, em que todos venham a assumir tal atribuição.

7.2.3. A contratação de cooperativa deverá observar os seguintes impedimentos:

7.2.3.1. O médico cooperado não poderá possuir qualquer vínculo com o hospital credenciado, a exceção de vínculo de natureza estatutária, consubstanciado em diretoria sem subordinação ou participação societária;

7.2.3.2. O médico cooperado não poderá ser subordinado a administração do hospital credenciado, por exemplo, quanto a definição de escala de trabalho e controle de frequência; e

7.2.3.3. O hospital credenciado não poderá realizar pagamentos, ou outras transferências a que título for, diretamente, para os médicos cooperados.

7.3. Não poderão participar:

7.3.1. Empresas e ou associações reunidas em consórcio;

7.3.2. Empresas cumprindo suspensão temporária de participação em licitação da Administração Pública;

7.3.3. Pessoas físicas ou jurídicas impedidas de contratarem com a Marinha do Brasil ou com a Administração Pública;

7.3.4. Pessoas físicas ou jurídicas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos limites determinados pelo inciso IV do art. 87, da Lei nº 8.666/1993;

7.3.5. Pessoas físicas ou jurídicas que possuam restrições quanto as suas capacidades técnicas ou operacionais, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal, inclusive sob investigação do Ministério Público quanto a sua idoneidade nos procedimentos utilizados na prestação dos serviços objeto do presente credenciamento;

7.3.6. Empresas que se encontrarem em processo de falência, de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação;

7.3.7. Pessoas físicas ou jurídicas que tenham em seu quadro (como sócio, proprietário ou

diretor) servidores civis ou militares da Marinha do Brasil (da ativa, reconvocados ou prestadores de tarefa por tempo certo), conforme previsto no Art. 9º Inciso III, da Lei 8.666/1993 (Anexo H);

7.3.8. Cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de servidor integrante da comissão de licitação responsável por este edital, da Seção de Auditoria de Contas Médicas, do Setor de Credenciamento e dos exercentes das funções de Ordenador de Despesas e Emissor da Guia de Atendimento ao Usuário; e

7.3.9. Sociedades que tenham em seu quadro de sócios qualquer pessoa indicada no subitem anterior. No caso, a restrição poderá ser afastada caso comprovada, na situação de fato, a ausência de ofensa aos princípios da isonomia, impessoalidade e moralidade.

7.4. A participação neste procedimento administrativo implica a aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste Edital.

7.5. A instituição interessada deverá designar um representante legal, que será o único admitido a intervir em seu nome, o qual deverá se apresentar para credenciamento junto a Comissão Especial de Credenciamento (CEC), munido de credencial que o autorize a participar deste procedimento administrativo, bem como de Cédula de Identidade.

7.5.1. Entende-se por credencial: documento (ato constitutivo, estatuto ou contrato social) que comprove a competência do titular ou sócio da empresa para representá-la perante terceiros; ou procuração para representar a instituição junto ao CeIMSPA, acompanhada, no caso de instrumento particular, de prova de investidura do outorgante na qual conste expressamente seus poderes para a outorga.

7.5.2. Para participar, as instituições interessadas deverão apresentar toda a documentação solicitada neste Edital, nos horários e local estabelecidos no subitem 6.1 deste instrumento convocatório.

8. DA DOCUMENTAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO

8.1. Para habilitar-se ao credenciamento, os interessados deverão requerê-lo, mediante carta proposta à OM (Anexo E), declarando conhecer os termos do Edital, das Normas e atos que disciplinam o assunto, acompanhado dos documentos listados nos subitens 8.2 a 8.4. Os Candidatos interessados cadastrados no SICAF poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação constantes nos subitens 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.4 deste Credenciamento, assegurado aos demais candidatos o direito de acesso aos dados nele constantes.

8.2. A Habilitação será concedida mediante comprovação de:

8.2.1. Habilitação Jurídica;

8.2.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista;

8.2.3. Qualificação Técnica; e

8.2.4. Qualificação Econômico-Financeira.

8.3. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

8.3.1. Cédula de identidade;

8.3.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;

8.3.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de

documentos de eleição de seus administradores;

8.3.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício; e

8.3.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.4. Deverá ser apresentada a seguinte documentação concernente à regularidade fiscal e Trabalhista:

8.4.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);

8.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.4.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.4.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e

8.4.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.5. A qualificação técnica será comprovada com os seguintes documentos:

8.5.1. Registro ou inscrição na entidade profissional competente;

8.5.2. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

8.5.3. Comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e

8.5.4. Comprovação de alvará de funcionamento e do responsável técnico e especificação do aparelhamento e da equipe técnica. Os profissionais deverão ser selecionados por especialidade e com a comprovação, julgada necessária pela Comissão Especial de Credenciamento. Poderá ser dispensada esta exigência no se refere ao tempo de efetivo exercício para os profissionais que possuírem o título de especialista expedido pelas sociedades responsáveis pelo controle de especialidades.

8.5.6. Inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

8.6. A qualificação econômico-financeira será comprovada mediante:

8.6.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices

oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta; e

8.6.2. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

8.7. Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (não emprego de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e maiores de 16 (dezesesseis) anos, salvo a partir de 14 (quatorze) anos, desde que na condição de aprendiz (Anexo F).

8.8. Declaração de superveniência de fato impeditivo da habilitação (Anexo G) – as empresas interessadas são obrigadas a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de qualquer fato impeditivo da habilitação, se efetivamente houver.

8.9. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

8.10. Para os fins deste Edital considerar-se-á habilitada apenas a pessoa Física ou Jurídica que apresentar a documentação exigida.

8.11. Os pedidos de inscrição deverão estar acompanhados de declaração pela aceitação dos preços discriminados no Apêndice I e nos Termos de Credenciamento.

8.12. No caso de cooperativas será exigido, ainda:

8.12.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição;

8.12.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI de cada um dos cooperados relacionados;

8.12.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.12.4. A registro previsto na Lei 5.764, art. 107;

8.12.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.12.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

8.12.6.1. Ata de fundação;

8.12.6.2. Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

8.12.6.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;

8.12.6.4. Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

8.12.6.5. Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

8.12.6.6. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

8.13. O julgamento dos pedidos de inscrição obedecerá ao seguinte trâmite:

8.13.1. O candidato ao Credenciamento encaminhará toda a documentação exigida no Edital de

Credenciamento e seus anexos, diretamente ao Centro de Intendência da Marinha em São Pedro da Aldeia, onde ocorrerá análise da documentação relativa a Habilitação. Uma vez satisfeitas às exigências, a documentação será encaminhada a Comissão Especial de Credenciamento que, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, procederá a visita às instalações do candidato ao Credenciamento e emitirá Parecer Técnico, de acordo com o (Anexo Q). Obtendo Parecer favorável proceder-se-á o respectivo Certificado de Registro Cadastral, de acordo com o (Anexo L) bem como o Termo de Credenciamento.

8.13.2. Caso a documentação de habilitação não atenda às exigências contidas no Edital e seus anexos, e, caso o candidato ao Credenciamento não obtenha parecer favorável por parte da Comissão Especial de Credenciamento, o mesmo será imediatamente comunicado para que, se possível, sejam feitas as correções apontadas, observando-se os prazos de validade da documentação apresentada.

8.14. Verificação, como condição previa ao exame da documentação de habilitação, quanto ao eventual descumprimento das condições de participação, especialmente, quanto a existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.14.1. SICAF;

8.14.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.14.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php); e

8.14.3. Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos (CADICON).

9. DOS RECURSOS

9.1. As proponentes poderão, em um prazo máximo de 10 (dez) dias do recebimento do comunicado de inabilitação ou pareceres desfavoráveis, apresentar o recurso devidamente fundamentado com documentos comprobatórios, quando for o caso, que devera ser protocolado nas mesmas condições da entrega de documentações estipuladas neste Edital, para a averiguação da procedibilidade do recurso.

10. DO CREDENCIAMENTO

10.1. Julgado apto ao credenciamento, e havendo necessidade de credenciamento pela Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia, o credenciado será convocado para assinar o Termo de Credenciamento no CeIMSPA, em horários combinados oportunamente, devendo comparecer no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da comunicação, sob pena de decair o direito ao credenciamento (Artigo 64 e parágrafos, da Lei nº 8.666/93), sem prejuízo das sanções previstas no Artigo 81 da Lei 8.666/1993.

10.2. O CeIMSPA poderá, até a assinatura do credenciamento, inabilitar o proponente, por despacho fundamentado, se tiver informação abalizada de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior a fase de habilitação, que desabone a qualificação técnica, jurídica, econômico-financeira, ou regularidade fiscal da entidade ou prestador de serviço credenciado ou a credenciar.

10.3. O conteúdo das Minutas dos Termos de Credenciamento (Anexo B, C, D, E, F e U), contém todas as outras condições necessárias para a prestação dos serviços que serão credenciados, e será utilizado como modelos básicos para a efetivação do credenciamento, adequando-se a

cada entidade ou profissional a ser credenciado, levando em consideração os serviços que serão prestados e outros dados.

10.4. O CeIMSPA não se obriga a credenciar todas as especialidades e serviços ofertados pelo proponente, reservando-se ao direito de credenciar os serviços que entender necessário a sua demanda.

10.5. O CeIMSPA reserva-se ao direito de encaminhar os serviços conforme sua conveniência e necessidade, não havendo em hipótese alguma obrigação de formação de cotas de procedimentos e serviços, ficando reconhecida a inexistência de exclusividade do CREDENCIADO.

10.6. O prazo de vigência deste Termo de Credenciamento será contado a partir da data de sua assinatura.

10.7. Por se tratar de serviços contínuos, a vigência das contratações firmadas com o Credenciado terá prazo indeterminado.

10.8. A cada período de 12 meses, contados da assinatura do contrato, os credenciados deverão demonstrar a excelência dos serviços prestados e a continuidade do cumprimento dos requisitos de habilitação exigidos no instrumento convocatório.

11. DO FATURAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

11.1. Para cada período mensal de atendimento deverá ser emitido um título de crédito (fatura/RPA) respectivo até o quinto dia útil do mês subsequente.

11.2. Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias úteis, após a data do recebimento das faturas, eliminados os possíveis erros apontados pelo CREDENCIANTE e abatidos todos os recolhimentos (tributos) especificados na legislação em vigor.

11.3. As faturas, necessariamente, deverão estar acompanhadas das respectivas “Guias de Encaminhamento” originais e certificadas pelos usuários ou por representante legal.

11.4. Nos períodos de internação superiores a 15(quinze) dias, poderão ser emitidas faturas quinzenais parciais.

11.5. Havendo a possibilidade de remoção do paciente, mas sendo o Credenciante impedido de realizá-la ou pelo Credenciado ou por médico pertencente ao credenciado ou por recusa do próprio paciente ou por quem por ele responda, cessará para o Credenciante a responsabilidade pelas despesas médicas e hospitalares, sendo de inteira responsabilidade do paciente, ou de quem por ele responda, essas despesas.

11.6. As interconsultas para pareceres, acompanhados de outros especialistas, e complementação ou mudança de procedimentos deverão ser solicitadas previamente com justificativa pelo médico assistente, anexada à conta hospitalar com o visto do médico auditor, assim como as prorrogações de permanência hospitalar para além do prazo inicialmente autorizado.

11.7. Para cada período de um mês de atendimento, deverá ser emitida uma fatura respectiva, somente a favor da razão social do Credenciado, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao serviço prestado, vedada a apresentação de faturas por outros elementos que possuam vínculo empregatício com o Credenciado, ou autônomo, ou profissional de saúde integrante da empresa, grupo ou sociedade de profissionais que exerçam atividades na área de Saúde (em caráter regular ou não) nas dependências do Credenciado.

11.8. As faturas, necessariamente, deverão estar acompanhadas das respectivas Guias de Apresentação do Usuário (GAU) originais, devidamente assinadas pelos usuários, vedada a apresentação (anexação) de cópias.

11.9. Nas faturas de internações hospitalares deverão ser anexadas as cópias dos laudos histopatológicos, exames laboratoriais, radiológicos e de imagem, tais como Ultrassonografia (USG), Ressonância Magnética (RM), Tomografia, etc., acompanhados de suas requisições com carimbo e assinatura do médico solicitante, justificativa, indicação dos mesmos, assim como o boletim cirúrgico/anestésico, assinados pelo cirurgião, auxiliares e anestesista constando material utilizado na sala de cirurgia, devidamente lacrados.

11.10. As faturas referentes às internações de longa permanência, assim consideradas aquelas com mais de dez dias corridos, deverão ser subtotalizadas e entregues dentro do mês de apresentação das despesas.

11.11. Quando se fizer necessário o uso de Oxigenoterapia no paciente internado, deverá ser anexada à conta hospitalar a ficha de controle do consumo realizado.

11.12. Na fatura de aerossol a nível ambulatorial, deverá ser anexada a prescrição médica e a assinatura do paciente ou responsável em cada sessão realizada. O pagamento de cada sessão de aerossol (ambulatorial ou paciente internado) será correspondente ao preço da tabela acordada para preços de serviços hospitalares e medicação prescrita.

11.13. Na fatura de fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, psicopedagogia, terapia ocupacional em nível ambulatorial, deverá ser anexada a prescrição médica, e imposta a assinatura do paciente ou responsável em cada sessão realizada.

11.14. Para os atendimentos de Quimioterapia em nível ambulatorial, as prescrições médicas deverão vir anexadas à fatura, como condicionamento para pagamento da cobrança.

11.15. O relatório de glosas deverá ser informado ao Credenciado em até 20 (vinte) dias da data do recebimento da fatura, e o Credenciado terá prazo recursal de 5 (cinco) dias contados da data da comunicação pelo Credenciante para expor suas contrarrazões (Anexo T), nos termos do art. 109, II, da Lei nº 8.666/93. Caso a Credenciada não apresente a documentação no prazo estipulado e a devida justificativa para o atraso, a Credenciante poderá aplicar glosa administrativa e não realizar o pagamento da fatura.

11.15.1. A Credenciante tem um prazo de 10 (dez) dias para responder o recurso de glosas (anexo T) da Credenciada. Caso o recurso da glosa não seja aceito parcialmente ou totalmente pela Credenciante, a Credenciada deverá realizar as correções apontadas pelo relatório.

11.16. Os procedimentos realizados com autorização prévia da Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia, que poderá ser faturados antes da emissão do relatório de glosas. Caso essas ocorram, o valor referente à glosa será creditado na fatura do mês subsequente. Por ocasião da emissão da última fatura referente ao contrato, caso ocorram glosas, o CREDENCIADO deverá emitir nova fatura com os valores retificados.

11.17. As contas referentes a internações hospitalares deverão passar por auditoria antes do faturamento, sendo cobradas após a verificação pela CREDENCIADA e emissão de relatório de glosa (Anexo S), se houver.

11.18. A ocorrência de glosas técnicas e de respectivos recursos em nada sustará o pagamento pelo Credenciante e no vencimento acordado, da parte incontroversa da conta.

11.19. As glosas não contestadas via recurso dentro do prazo estabelecido deverão ser consideradas como aceitas pelo Credenciado, valendo seu silêncio como quitação geral e plena

quanto as mesmas, sem que lhe assista o direito de reivindicar posteriormente os valores correspondentes.

11.20. O pagamento será efetuado a cada evento, mediante o processamento dos documentos de cobrança apresentados pela CREDENCIADA, devidamente certificados por fiscal credenciado.

11.21. O CeIMSPA pagará as despesas em, no máximo, 15 (quinze) dias úteis após a data da apresentação do documento de cobrança.

11.22. O pagamento será efetuado sempre no mês subsequente ao da efetiva prestação dos serviços por parte da CREDENCIADA, ocasião na qual, o documento de cobrança referente aos serviços prestados no mês anterior será apresentado.

11.23. Todos os pagamentos serão creditados em conta-corrente informada em Carta Proposta da CREDENCIADA.

11.24. Cada pagamento só será efetuado após verificação da documentação e/ou manutenção dos requisitos de inscrição no Registro Cadastral (SICAF).

12. DOS REAJUSTES

12.1. Os valores decorrentes do Edital devem ser fixos e irrevogáveis, pelo período de 12 meses, nos termos do art. 1º, da Lei 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

12.2. Após o decurso de cada 12 meses da assinatura do contrato, havendo interesse mútuo entre a CREDENCIANTE e a CREDENCIADA na continuidade do contrato que entre si firmaram, nos termos do Anexo IX da Instrução Normativa nº05, de 25 de maio de 2017, da SEGES/ME, poderão ocorrer reajustamentos anuais dos preços, após acordo prévio entre a CREDENCIANTE e a CREDENCIADA, observando-se os seguintes critérios:

12.2.1. Os valores constates nas tabelas oficiais (CBHPM, COFFITO, CRP, SIMPRO, dentre outras) poderão ser reajustados na medida em que tais tabelas venham a sofrer reajustes;

12.2.2. Os valores prefixados no Edital, que tenham sido estabelecidos por meio de pesquisa de mercado, poderão sofrer reajustes com base nos índices do IPCA, ou outro índice que o substitua.

13. DA GARANTIA

13.1. Não será exigida apresentação de garantia, conforme preconiza o art. 56, da Lei nº 8.666/1993.

14. DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

14.1. O presente credenciamento poderá ser revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulado por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, bem como adiada ou ter prorrogado o prazo para recebimento das propostas, sem que caibam aos interessados quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso.

15. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

15.1. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior para efeito de não aplicação de multas, se satisfatoriamente justificados pelo CREDENCIADO perante a Marinha, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a afetar a realização dos

serviços no local onde estiver sendo executado o objeto do acordo:

- 15.1.1. Greve geral;
- 15.1.2. Calamidade pública;
- 15.1.3. Interrupção dos meios normais de transporte;
- 15.1.4. Condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
- 15.1.5. Outros casos que enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro.

16. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa, o CREDENCIADO que, no decorrer deste processo:

- 16.1.1. Apresentar documentação falsa;
- 16.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos neste processo;
- 16.1.3. Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;
- 16.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 16.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 16.1.6. Fizer declaração falsa;
- 16.1.7. Ensejar o retardamento do procedimento de credenciamento;
- 16.1.8. Inexecutar total ou parcialmente o contrato; e
- 16.1.9. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, ou no contrato.

16.2. O CREDENCIADO que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficara sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b) Multa:

b.1.) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal da contratação, ate o limite de 30 (trinta) dias;

b.2.) Compensatória de ate 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM SÃO PEDRO DA ALDEIA – MARINHA DO BRASIL, pelo prazo de ate 02 (dois) anos;

d) Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de ate cinco anos; e

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou ate que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.

16.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

16.4. Também ficam sujeitas as penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

16.4.1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

16.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.4.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurara o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

16.4.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado a Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.4.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados a Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos ou recolhidos em favor da União ou, ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.4.7. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.4.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16.4.9. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

17. DA RESCISÃO

17.1. Os contratos poderão ser rescindidos nos casos de inexecução total ou parcial, na incidência dos motivos citados no art. 78 da Lei nº 8.666/1993, conforme abaixo descrito:

17.1.1. Determinado por ato unilateral e motivado da Administração, nos seguintes casos:

a) Não cumprimento ou cumprimento irregular dos prazos, cláusulas e serviços contratados; Interrupção dos trabalhos por parte do CREDENCIADO, sem justa causa e previa comunicação a Administração;

b) Atraso injustificado no início dos serviços;

c) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CREDENCIADO com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste edital e no contrato;

d) Não atendimento das determinações regulares emanadas da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste instrumento, assim como das de seus superiores;

e) Cometimento reiterado de faltas na execução dos serviços, anotadas na forma do § 1º do art. 67, da Lei nº 8.666/1993;

f) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil, bem como a dissolução da sociedade ou o falecimento do CREDENCIADO;

g) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da pessoa jurídica, que prejudique a execução do contrato;

h) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

i) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do contrato; e

j) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n 8.666/1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

17.1.2. Por acordo entre as partes, reduzida a termo no procedimento de credenciamento, desde que haja conveniência para a Administração e não prejudique a saúde dos beneficiários do FUSMA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

17.1.2.1. Estando em processo de apuração de irregularidades na prestação de seus serviços, o CREDENCIADO não poderá solicitar a rescisão, enquanto não concluído o processo de apuração.

17.1.3. Por rescisão judicial promovida por parte do CREDENCIADO, se a Administração incidir em quaisquer das seguintes hipóteses:

17.1.3.1. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao credenciado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação; e,

17.1.3.2. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrente de serviços, ou parcelas destes, recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao credenciado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

17.2. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, observado o devido processo legal.

17.3. O CREDENCIADO poderá, no curso de processo de apuração das hipóteses de rescisão administrativa, interromper temporariamente a execução dos serviços, observado o limite fixado no Subitem 17.1.3.1.

17.4. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas h e i do subitem 17.1.1 e subitem 17.1.3, sem que haja culpa do CREDENCIADO, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados, tendo direito a:

a) Devolução de garantia;

b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

c) Pagamento do custo da desmobilização.

17.5. A rescisão unilateral por ato da Administração acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato:

a) Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das

multas e indenizações a ela devidos;

b) Retenção dos créditos decorrentes do contrato ate o limite dos prejuízos causados a Administração.

17.6. É permitido a Administração, no caso de recuperação judicial do CREDENCIADO, manter o ajuste, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais.

17.7. Em caso de rescisão, os tratamentos em curso deverão ser concluídos por parte do CREDENCIADO, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou administrativa do CeIMSPA.

17.8. A rescisão não eximirá o CREDENCIADO das garantias assumidas em relação aos serviços executados e de outras responsabilidades que legalmente lhe possam ser imputadas.

18. DA FISCALIZAÇÃO

18.1. A fiscalização será exercida pelo Gestor, Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico do Contrato, especialmente designados por Portaria a ser emitida pelo Diretor do Centro de Intendência da Marinha em São Pedro da Aldeia, composto por militares e/ou servidores civis, pertencentes a esta Policlínica.

18.2. O Gestor, Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico terão poderes para:

18.2.1. Exigir da CREDENCIADA a retirada imediata de qualquer dos prepostos desta que embarquem a sua ação fiscalizadora ou que não sejam considerados pelo CREDENCIANTE capazes para o fim desejado, independentemente de justificativas; e

18.2.2. Sustar qualquer atendimento que não esteja sendo executado de acordo com os especificados nos documentos pertinentes.

18.3. A fiscalização ocorrerá no local onde estiver sendo executado o atendimento, a qualquer tempo, por Militares e/ou Servidores Civis, pertencentes à Comissão de Fiscalização, que poderão ser assessorados por profissionais ou entidades especializadas na execução da ação fiscalizadora. Para a consecução desta ação, serão observados os critérios estabelecidos de habilitação/fiscalização, constantes do Edital.

18.3.1. A Fiscalização técnica do credenciamento, também levará em conta as evidências científicas, nas diversas áreas de atendimento em saúde presente nesse Projeto Básico, ao avaliar os procedimentos e cobranças realizadas pelas CREDENCIADAS.

18.4. Somente serão pagos os serviços já realizados, aprovados e certificados pelo Fiscal do Contrato.

18.5. A CREDENCIANTE tem competência para acompanhar o atendimento, examinar o paciente, avaliar o tratamento proposto, sustar qualquer serviço que não esteja sendo prestado com a técnica adequada, bem como remover o paciente para outra unidade médica que julgar conveniente.

18.6. A CREDENCIANTE deverá ter acesso ao prontuário do paciente e à conta de despesas médicas para realização de Auditoria de Contas Médicas, Auditoria Concorrente e Pré-Auditoria.

18.7. O prazo para comunicação de glosas será de 20 (vinte) dias.

18.8. O prazo para apresentação de recursos contra glosas será de 5 (cinco) dias.

18.9. O prazo para revisão de glosas será de 10 (dez) dias.

19. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Projeto Básico, Anexo A, deste Edital.

20. DO DESCREDENCIAMENTO

20.1. Desde que não prejudique a saúde dos beneficiários do Sistema da Marinha, a CREDENCIADA poderá solicitar formalmente à Comissão Especial de Credenciamento e Fiscalização e ao Fiscal do Contrato o descredenciamento, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, observados os itens 18.5 e 18.6.

20.2. Caso a CREDENCIADA esteja em processo de apuração de irregularidades na prestação de seus serviços, não poderá se utilizar do previsto no item 18.1, enquanto não concluído o processo de apuração.

20.3. O CREDENCIANTE poderá, em se verificado o descumprimento de normas estabelecidas neste termo de Credenciamento, interromper temporariamente a sua execução até decisão exarada em processo administrativo sumário próprio que, observado o contraditório e a ampla defesa, comprovada a culpa ou dolo, decidirá pelo descredenciamento da instituição ou do profissional pertencente ao corpo clínico.

20.4. De acordo com os incisos I a VIII do artigo 78, da Lei nº 8.666/1993, o descredenciamento realizado com base nos motivos previstos na CLÁUSULA XVII do Termo de Credenciamento impedirá a instituição de pleitear novo credenciamento por interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses.

20.5. Os tratamentos em curso deverão ser concluídos pela entidade descredenciada, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou administrativa da Comissão Especial de Credenciamento.

20.6. O descredenciamento não eximirá a entidade das garantias assumidas em relação aos serviços executados e de outras responsabilidades que legalmente lhe possam ser imputadas.

21. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

21.1. Qualquer cidadão e parte legítima para impugnar o presente edital até 5 (cinco) dias úteis, após a data da publicação do Aviso de Credenciamento no Diário Oficial da União e do Jornal de Circulação da prestação do serviço.

21.2. Os pedidos de impugnação deverão ser protocolados na Secretaria do CeIMSPA.

21.3. Caberá a Comissão Especial de Credenciamento julgar e responder a impugnação em até 3 (três) dias úteis.

21.4. Os pedidos de informações poderão ser encaminhados à Divisão de Obtenção do CeIMSPA.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. O Edital está disponibilizado, na íntegra, podendo ser lidos e/ou obtidos no endereço situado no subitem 6.1, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.2. A qualquer momento poderão ser feitas novas inclusões ou retiradas do Cadastro de

Credenciamento do CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM SÃO PEDRO DA ALDEIA, obedecendo, sempre, as condições vigentes e o interesse da Administração.

22.3. Os usuários do Sistema de Saúde da Marinha (SSM) poderão, devidamente fundamentados, denunciar irregularidades em relação ao atendimento prestado pelos CREDENCIADOS a Comissão Especial de Credenciamento.

22.4. Antes da assinatura do Termo de Credenciamento ou da emissão da Nota de Empenho, a Credenciante realizará consulta “on line” ao SICAF e ao Cadastro Informativo de créditos não quitados (CADIN), cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

22.5. Conforme aceitação dos usuários do Sistema de Saúde da Marinha (SSM) e, ainda, por constatação formal do Departamento de Saúde, os CREDENCIADOS permanecerão ou serão descredenciados, vinculado o parecer pelo cancelamento a qualidade e a confiança dos beneficiários, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

22.6. O Foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Justiça Federal da cidade de São Pedro da Aldeia, Seção Judiciária do Estado de Rio de Janeiro.

22.7. Informações complementares que visem obter maiores esclarecimentos sobre o presente Edital serão prestadas na Divisão de Obtenção do CeIMSPA, pelo telefone (22) 2621-4162.

São Pedro da Aldeia-RJ, na data da assinatura.

LEANDRO RUBINO RAMOS
Capitão de Fragata (IM)
Ordenador de Despesas